

EDUCAÇÃO E ÉTICA PARA A CIDADANIA E A JUSTIÇA

ANTONIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL(*)

A sociedade contemporânea atravessa um período de notáveis transformações econômicas, políticas e sociais. Todas elas atreladas, em maior ou menor grau, à ampliação da interdependência entre as nações. A internacionalização dos negócios, sobremaneira acentuada na última década, não representa apenas a alteração pontual de certos aspectos do comércio exterior, mas sim a mudança da própria mentalidade — da visão de mundo — da sociedade. Parodiando *Tocqueville* em suas análises sobre a Revolução Francesa, podemos dizer que a globalização das economias, por via da integração dos mercados, representa não apenas a abolição de uma forma antiga de regime econômico, mas a abolição de uma forma antiga de sociedade.

Se, de fato, o século XX representa uma época de indiscutível avanço tecnológico e científico, o mesmo não se pode concluir acerca da educação, aqui entendida em seu sentido mais amplo. Segundo a UNICEF, a educação — representando processo dinâmico de aprimoramento do ser humano — proporcionalmente não avançou muito, em termos mundiais, comparativamente a dois ou três séculos atrás.

O relativismo moral que de maneira mais flagrante se potencializa nos primórdios deste século, nasceu aliado a um racionalismo pragmático que deu ampla sustentação aos fenômenos totalitários e autoritários de todas as tendências. Assim, a educação voltada à dimensão ética — necessária à realização integral do homem e da sociedade — foi deslocada em prol do tecnicismo dominante.

A perda do sentido moral do indivíduo, relativizando o certo e o errado, o justo e o injusto, o necessário e o conveniente, produziu incoerências gritantes na sociedade moderna. Seus frutos, na órbita governamental, apre-

(*) Professor de Direito da Universidade Mackenzie. *Master of Laws (LL.M.)* pela *Harvard Law School*. Mestre em Filosofia e História da Educação pela USP. Presidente da *Harvard Law School Association of Brazil*. Autor de livros, artigos e ensaios publicados no Brasil e no exterior, entre eles: "Ética Social e Governamental: *Advocacy e Lobby* — uma proposta para o exercício da cidadania na democracia contemporânea" (série acadêmica, 1997).

sentaram ao redor do mundo o crescimento dos índices de corrupção e a ausência de programas estáveis de governo voltados às populações mais carentes. A injustiça social está presente em toda parte.

Nesse particular, a prática da educação voltada não apenas à dimensão técnica do exercício do poder e da vida em sociedade, mas também ao aprofundamento dos princípios éticos que devem conduzir a sua prática, é de extrema importância para a civilização moderna, em especial para o Brasil. O homem não adequadamente educado — cultivado, diriam os antigos, no sentido de bem lhe serem desenvolvidas as faculdades em potência inscritas na natureza humana — fica de certo modo apenas limitado a ações e reações perante a realidade que o cerca; como escravo, e não como senhor das circunstâncias. As conseqüências da falta de formação moral são, sem dúvida, incomensuravelmente mais graves no homem público.

O despertar para a cidadania impõe igualmente reavaliar antigos conceitos, como os voltados a uma visão extremamente negativa das práticas da *advocacy* e do *lobby* (aqui entendidos em seu sentido original e correto, que se traduz na defesa de interesses legítimos, por meios também legítimos, junto aos Poderes Públicos). Impedir a participação das mais diversas e variadas correntes sociais na formulação das políticas públicas é sempre interessante aos *bucaneiros de plantão* (que assim não permitem estabelecer o contraditório!). A pressão dos grupos representando interesses contrários — naturalmente existentes nas democracias — junto aos órgãos governamentais, por decorrência trará maior transparência nos debates políticos e eficiência nas decisões adotadas. A justiça das políticas públicas se manifesta a partir do conhecimento adequado dos vários prismas dos temas debatidos.

A *advocacy* e o *lobby* são importantes veículos para o controle social dos atos emanados dos órgãos do Poder. Sem dúvida, uma educação voltada também para o exercício da cidadania deve igualmente orientar a conduta do homem público nas suas relações com os mais variados grupos de interesse, a fim de que as mesmas se projetem em uma órbita de elevado debate das razões subjacentes aos vários interesses defendidos, e segundo os mais estritos princípios éticos.

Como bem alerta L. J. Lauand, ao analisar a defesa que Tomás de Aquino faz da participação do homem de bem nas estruturas governamentais: "não se trata, no homem virtuoso, de aproximar-se da esfera do poder em proveito próprio, mas *ad fructificandum* e não *ad delectandum* (para dar bons frutos e não pelo prazer do poder...)".

A educação não apenas técnica, mas igualmente moral, seja do governante ou do governado, diz respeito à própria realização em plenitude do indivíduo e da sociedade. Ao político, em especial, deve se exigir um *plus* de ética. O político deve ser um arquétipo moral da sociedade, como bem sustenta o parlamentar espanhol Andrés Olleros.

Mas como falar em ética e moral se popularmente se tem um conceito tão pobre e equivocado de sua real dimensão? A moral, já lembram os clássicos da filosofia universal, não se manifesta em regras ou proibições

impostas por pais, mestres ou religiosos. A moral, sublinha o Aquinate, diz respeito ao próprio *ser* do homem, a aquilo que ele é e está chamado a ser. A falta de formação moral é, assim, uma deficiência estrutural no ser humano, representando um obstáculo insuperável na correta avaliação das circunstâncias que a realidade lhe impõe. O homem é um ser tal que, necessariamente, deve abrir-se para o todo da realidade que o cerca. Na perspectiva de sua realização e felicidade, é uma porta que se abre para fora: quem a força para dentro — no dizer de *Kierkegaard* — emperra-a. No mesmo sentido, como alerta *Carrel*, “os homens mais felizes e mais úteis são formados por um conjunto harmonioso de atividades intelectuais e morais”.

Entre as várias virtudes a serem desenvolvidas no ser humano através da educação, na perspectiva da vida em sociedade se denota a *justiça* como de importância capital. A virtude da justiça — que se projeta no reconhecimento do direito alheio — é a virtude social por excelência, sendo o eixo fundamental sobre o qual se estrutura toda a sociedade.

Como sublinha *Pieper*, “a justiça é a mais decisiva entre as atitudes éticas fundamentais, e a injustiça a corrupção maior do homem natural e moral”. Se o homem público for justo, pode-se esperar justiça de seus atos. A pergunta que fica é crucial: Quem, ou o que, poderá deter o poderoso do fato de ser injusto, a não ser o seu próprio senso de justiça?

Os inúmeros, e muitas vezes eticamente irresponsáveis, choques heterodoxos para controle da inflação que se vislumbraram no passado recente do país, esmagaram direitos e garantias fundamentais — construídas ao longo de mais de duzentos anos de constitucionalismo — sem que houvesse, para a parcela maior dos atingidos, mecanismos hábeis e eficazes para correção das gritantes injustiças cometidas. A experiência mundial demonstra que todo o arcabouço jurídico-normativo-jurisdicional, como o estabelecimento de direitos humanos e do cidadão, não são capazes de ofertar efetiva e eficiente proteção ao corpo social ante o ato injusto por parte do governante.

Assim, tanto mais importante e necessária se faz uma educação para a cidadania, a fim de bem preparar o governante e os governados, desenvolvendo-lhes a mais ampla capacidade de percepção e interpretação das complexas realidades que nos cercam. E tanto mais será bem sucedida tal educação, quanto mais preocupar-se com o desenvolvimento profundo do senso ético do ser humano, especialmente voltado para a virtude da justiça.

Afinal, como também sublinha *Pieper*: “Se é utópico esperar que haja no mundo uma autoridade justa, e se é utópico o propósito de orientar o esforço educativo de um povo no sentido de fazer dos jovens, e sobretudo do escol dirigente, homens justos, então já não há a mínima esperança”.

Os olhos da sociedade naturalmente se voltam com grandes expectativas para uma educação voltada ao exercício pleno da cidadania, pois nela também repousa a esperança social de que sejam formados não apenas indivíduos tecnicamente preparados, mas também moralmente bem formados, sendo, acima de tudo, governantes e cidadãos justos: que sejam verdadeiros líderes e exemplos em uma sociedade tão carente de ética na política e na órbita social como um todo!